

**Política de Educação Profissional:
o Programa Brasil Profissionalizado no contexto escolar**

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares (Brasil, Rio Grande do Norte, Natal)^{1*}

SILVA, Francisca Natália da (Brasil, Rio Grande do Norte, Natal)^{1}**

SILVA, Lenina Lopes Soares (Brasil, Rio Grande do Norte, Natal)^{2*}**

¹Universidade do Estado do Rio Grande do Norte ²Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte ORCID ID:

<https://orcid.org/0000-0001-7800-8350> * ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4250-1319> ** ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0517-4742> ***

0002-4250-1319 ** ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0517-4742> ***

Resumo

Este trabalho analisa a implementação do Programa Brasil Profissionalizado como uma política pública de articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional em duas escolas estaduais da Rede de Ensino de Mossoró, Rio Grande do Norte. Ampara-se na concepção metodológica de avaliação por análise de implementação e orienta-se pela seguinte questão: “Quais as ações e medidas requeridas para viabilizar a implementação desse Programa nas escolas investigadas?”. A análise sinaliza que, na Escola Estadual Jerônimo Rosado, a implementação do Programa focou em ações de reforma e ampliação da estrutura física da escola, chegando ao final de 2015 sem ter funcionado nenhuma turma do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Sistema e Gás. Por outro lado, na Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho, o Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho está em funcionamento, contudo apresenta dificuldades, como a falta de professores para atuarem nas disciplinas específicas, ausência da oferta de cursos de formação continuada e materiais didático-pedagógicos específicos para orientar as práticas desenvolvidas. Desse modo, o Programa pode ser considerado como mais uma política direcionada à formação dos jovens no Brasil fadada à descontinuidade em um futuro próximo pelas condições apresentadas e discutidas neste trabalho.

Palavras-chave

Políticas educacionais. Educação Profissional. Brasil profissionalizado.

**Professional Education Policy:
the Professionalized Brazil Program in the school context**

Abstract

This paper analyzes the implementation of the Professionalized Brazil Program as a public policy of articulation between High School and Vocational Education in two state schools of the Mossoró/Rio Grande do Norte Education Network. It is grounded on evaluation methodologies through implementation analysis and is guided by the following question: “What actions and measures are required in order to enable the implementation of the Professionalized Brazil Program at the investigated schools?”. The analysis suggests that at Jerônimo Rosado State School, the implementation of the program focused on reforming and expanding the physical structure of the school, reaching the end of 2015 without any classes of the High School Integrated Technical Course in System and Gas. On the other

hand, at the Professor Abel Freire Coelho State School, the Technical Course in Occupational Safety is running, although it has some difficulties such as a lack of teachers in specific classes, lack of continued training courses and of specific educational materials in order to guide activities. Therefore, the Program can be considered another policy aimed at the qualification of young people in Brazil bound for discontinuity in the near future, due to conditions shown and discussed in this paper.

Keywords

Educational policies. Professional education. Professional Brazil.

Política de Educación Profesional: el Programa Brasil Profesionalizado en el contexto escolar

Resumen

Este documento analiza la implementación Programa Brasil Profesionalizado como una política pública de articulación entre la Escuela Secundaria y la Educación Vocacional en dos escuelas estatales de la Red de Educación Mossoró / Rio Grande do Norte. Se basa en la concepción metodológica de la evaluación mediante el análisis de implementación y se guía por la siguiente pregunta: ¿Cuáles son las acciones y medidas requeridas para permitir la implementación de este Programa en las escuelas investigadas? El análisis indica que en la Escuela Jerônimo Rosado la implementación del Programa se enfocó en la reforma y expansión de la estructura física de la escuela, llegando a fines de 2015 sin haber trabajado en ninguna clase del Sistema Integrado de enseñanza técnica. Por otro lado, en la Escuela Estatal Profesor Abel Freire Coelho, el Curso de Nivel Técnico en Seguridad Ocupacional está en funcionamiento, sin embargo, presenta dificultades, como la falta de maestros para trabajar en las asignaturas específicas, la ausencia de la oferta de cursos de educación continua y materiales didáctico-pedagógicos específicos para guiar las prácticas desarrolladas. Por lo tanto, el Programa puede considerarse como otra política dirigida a la formación de jóvenes en Brasil condenada a la discontinuidad en el futuro cercano por las condiciones presentadas y discutidas en este documento.

Palabras clave

Políticas educativas. Educación Profesional. Brasil profesionalizado.

1 INTRODUÇÃO

O Ensino Médio precede a decisão dos jovens entre a possibilidade de continuação dos estudos e/ou ingresso em um curso de formação técnica. Nesse sentido, o aluno tem o direito de não cursar a Educação Superior e buscar uma atribuição na sociedade que exija uma formação mais rápida, contanto que esse aluno tenha uma formação que seja valorizada socialmente. Daí entendemos que a integração



da Educação Profissional ao Ensino Médio no Brasil seja uma necessidade social (KUENZER, 1997).

Com isso, a inserção no mundo do trabalho não pode ser pela imposição da condição socioeconômica vivenciada pelos sujeitos. Assim sendo, a Educação Profissional apresenta-se como uma possibilidade de formação na qual os trabalhadores são formados para produzirem sua própria existência por meio do trabalho, voltando-se para a geração de bens e serviços necessários e valorizados social e historicamente. Para tanto, a Educação Profissional pode ser analisada e problematizada a partir da óptica histórica do modo de produção capitalista e da formação social concreta da sociedade brasileira (RAMOS, 2012).

Além disso, a concepção de Educação Profissional que aponte para autonomia e emancipação dos sujeitos poderia ser um caminho que permitisse aos jovens fazer opções existenciais conforme sua formação. Vale mencionar que, embora o conceito de Educação Profissional estruture-se e seja reproduzido com base no cenário de imposições das relações de trabalho no mundo capitalista, faz-se necessário defender uma concepção que não fortaleça a alienação do trabalhador. Desse modo, no processo formativo a integração entre pensar e fazer seria unificada pela mediação dos conhecimentos produzidos socialmente (OLIVEIRA, 2012). Seria, então, a possibilidade de realização dessa modalidade sob a óptica da integração, tendo como princípio o desenvolvimento pleno do educando, bem como o preparo para o exercício da cidadania e sua formação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Reafirmamos, portanto, a Educação Profissional como um direito fundamental presente na Constituição da República Federativa do Brasil, pois, no Capítulo I, Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, o artigo 6º define que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2006, p. 20). Além disso, apresenta o direito à liberdade para o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, bem como o atendimento às qualificações profissionais.

Para isso, é indispensável compreender que, nessa articulação entre Ensino Médio e Educação Profissional, a implementação das políticas e programas que visam

reduzir a exclusão¹ social dos jovens e adultos que frequentam essa etapa/modalidade caminha na direção do atendimento de direitos constitucionais. Nesse sentido, buscamos defender uma inclusão social baseada nos princípios do direito e justiça, devendo ser esses princípios orientadores das políticas públicas de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional implementadas nas escolas públicas.

As políticas públicas são construções sociais e históricas cujos determinantes são regulados pelo Estado e seus instrumentos jurídico-legais, as quais, no contexto em que entram na agenda, são formuladas, implementadas, monitoradas e avaliadas. Neste texto, analisamos a implementação do Programa Brasil Profissionalizado em duas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino em Mossoró, Rio Grande do Norte (RN). Tal delimitação parte da concepção teórico-metodológica que compreende a fase de implementação como a execução das decisões adotadas nas etapas anteriores: agenda e formulação da política pública (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

A análise do processo de implementação do Programa Brasil Profissionalizado nas duas escolas orientou-se pela seguinte questão norteadora: “Quais as ações e medidas requeridas para viabilizar a implementação do Programa Brasil Profissionalizado nas escolas investigadas?”.

Em síntese, os resultados da pesquisa estão sistematizados e estruturados em três tópicos, além deste primeiro item introdutório. No primeiro tópico, “Ações e negociações na implementação do Programa”, destacamos os debates e acordos que acompanharam as negociações de adesão ao Programa Brasil Profissionalizado na Escola Estadual Jerônimo Rosado e na Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho. No segundo tópico, Integração no Programa Brasil Profissionalizado, discutimos as possibilidades de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional a partir do Programa Brasil Profissionalizado, por meio dos discursos de gestores das respectivas escolas. Por fim, apresentamos algumas considerações acerca do processo de implementação do Programa Brasil Profissionalizado em Mossoró/RN.

¹ A saber: “[...] esta forma de compreender o par categorial exclusão/inclusão, como relação constitutiva do modo de produção capitalista, conduz a duas ordens de considerações, tendo em vista as finalidades deste artigo. A primeira, referente à lógica das relações mercantis, permite compreender que a competitividade dos setores dinâmicos no mercado mundial depende do que se pode chamar de exclusão incluyente dos setores precarizados” (KUENZER, 2006, p. 881).

2 AÇÕES E NEGOCIAÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

A implementação de uma política ou programa corresponde ao processo de negociação da proposta, posto que é nessa fase que as ações e medidas planejadas, inicialmente, na fase de formulação, passam a ser executadas, tendo como finalidade alcançar os objetivos e metas estabelecidos. Nesse processo, a “[...] participação dos diferentes atores sociais tornam as decisões participativas e incorpora no processo diferentes visões e pontos de vista que podem contribuir para o sucesso dos resultados finais” (PAESE; AGUIAR, 2012, p. 76).

Sobre essa compreensão, no contexto da prática, buscamos nos discursos dos gestores elementos que possibilitassem entender como a proposta de implantação do Programa Brasil Profissionalizado chegou às escolas, as etapas realizadas para a adesão ao Programa e os critérios adotados para a escolha dos cursos. Isso posto, podemos analisar as ações e negociações empreendidas para a implementação do Programa Brasil Profissionalizado nas escolas investigadas, compreendendo que correspondem a ações que se consolidam, de forma provisória, com base nas contradições e possibilidades que se estabelecem na realidade concreta da escola pública de ensino médio.

A avaliação de implementação de programas educacionais, na visão de Curi (2014), deve inserir nas análises os fatores que interferem nesta e variam mediante as redes de influências e embates que envolvem atores, espaços, sindicatos, confederações, associações científicas, representações estudantis, grupos antagônicos de especialistas, docentes, pesquisadores, dirigentes escolares e dirigentes públicos. Essas redes de influências contribuem para a socialização e o conhecimento da proposta por parte dos docentes, gestores e alunos.

Na Escola Estadual Jerônimo Rosado, o conhecimento do Programa Brasil Profissionalizado aconteceu:

[...] durante uma reunião em que estava sendo discutida a reestruturação do Projeto Político-Pedagógico da escola e foi colocado em questão a profissionalização e desejos profissionais dos alunos. Então, uma das mães pediu para os gestores da escola entrar em contato com ela, que a escola poderia ser uma das contempladas com o Programa Brasil Profissionalizado. Em pouco tempo apareceu um representante da

Secretaria de Educação dizendo que a escola tinha sido contemplada com a proposta [...]. (GESTOR 1, 2015).

Dessa forma, verificamos que a tomada de conhecimento aconteceu por meio da rede de influências que compõe a escola, nesse caso, uma pessoa que faz parte da comunidade escolar. Destacamos que o conjunto de influências pode orientar as práticas de adesão ou resistências no contexto escolar, considerando que produz processos que:

[...] envolve a análise de influências globais/internacionais, nacionais e locais e a articulação entre elas, o contexto da prática exige a análise de como a política é reinterpretada pelos profissionais que atuam no nível micro e ainda a análise das relações de poder, resistências. (MAINARDES, 2006, p. 59).

Buscamos, portanto, conhecer, em nível micro, os elementos (poder, resistência, tradução) que acompanharam a elaboração das propostas nas escolas investigadas. No discurso do Gestor 1, afirma-se que, em uma das visitas da 12ª Diretoria Regional de Educação/Secretaria da Educação e da Cultura (Direde/Seec), a escola foi informada que havia sido contemplada com a proposta. Tal fato pode ser interpretado como uma determinação dos órgãos oficiais do estado que coordenam as políticas educacionais a serem implementadas nas escolas.

Após o conhecimento da proposta, a escola foi orientada a seguir algumas etapas para a celebração do convênio, ou seja, para a adesão oficial ao Programa. O processo de adesão foi orientado pela Resolução/FNDE/CD nº 09/2008², que estabelece as diretrizes para a assistência financeira a estados, Distrito Federal e municípios no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado.

Com isso, as escolas foram mobilizadas para organizarem as exigências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a seleção e a aprovação de propostas. Em nível local, a mediação e mobilização para a apresentação da proposta ocorreu mediante as intervenções da Seec/Suep/Direde/RN. Na Escola Estadual Jerônimo Rosado, para a adesão ao Programa, “[...] foi solicitada a organização de alguns documentos com urgência. Uma das exigências foi a elaboração de uma minuta do plano de curso do Programa Brasil Profissionalizado e outros documentos da escola”

² O Programa Brasil Profissionalizado será implementado de acordo com as seguintes etapas: “I - adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação [...]; II - realização de diagnóstico do ensino médio; III - apresentação de proposta; IV - aprovação da proposta e celebração do convênio” (BRASIL, 2008, p. 1).

(GESTORA 2, 2015). Nesse momento, para a implementação da proposta, foram encaminhadas à:

[...] escola algumas cartilhas que eram organizadas por eixos. Cada eixo contemplava uma infinidade de cursos profissionais. A sugestão era trabalhar com duas opções cursos: técnico em Petroquímica ou técnico em Sistema a Gás. E já pediram de imediato para a gente fazer um plano de curso e solicitaram a organização da documentação de dominialidade da escola, entre outras. Teve um ano que a escola recebeu um plano de curso que dizia que havia sido aprovado, mas o plano de curso aprovado não foi o construído pelas escolas, mas era um plano de curso institucional. A justificativa foi que, como algumas escolas não tinham conseguido fazer o plano de curso, teve que ser destinado um plano padrão. (GESTORA 1, 2015).

O depoimento acima faz referência à política nacional instituída pela Resolução CNE/CEB nº 11/2008, que dispõe sobre a instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Tal documento estabelece que os cursos do Catálogo sejam estruturados com base em eixos tecnológicos³, que devem orientar a construção dos projetos político-pedagógicos, contemplando aspectos que fomentem formações profissionais nos sistemas de ensino na oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

É interessante percebermos que os órgãos responsáveis por acompanhar e assessorar as propostas na Escola Estadual Jerônimo Rosado delimitaram a construção da proposta ao eixo tecnológico Controle e Processos Industriais, substancialmente aos Cursos Técnico em Petroquímica ou Técnico em Sistema e Gás. Assim, a escolha e a delimitação do eixo tecnológico não foram abertas aos interesses da escola, mas às determinações da Seec/Suep/Dired/RN.

Além disso, destacamos que, apesar de a escola ter construído o plano de cursos seguindo os critérios de implementação do Programa, este não foi o plano de cursos conveniado, ou seja, assinado. Para a implementação do Programa na escola, foi assinado um plano de cursos que a escola recebeu pronto da Seec/Suep/Dired/RN. Tal

³ Os eixos definidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio são os seguintes Eixos Tecnológicos: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Militar, Produção Alimentícia, Produção Cultural e *Design*, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança, Turismo e Hospitalidade e Lazer.

ação foi justificada pelo pressuposto de que os planos de cursos institucionais poderiam contemplar as escolas que não conseguiram construir suas propostas em tempo hábil.

Tal ação, direcionada no processo de adesão, permite problematizar qual a concepção de currículo que integra os direcionamentos da proposta pelos representantes oficiais (MEC/12ª Dired). Mobilizada por essa interpretação, segundo Lopes (2015, p. 447), representa “[...] questionar propostas atuais que visam a construir um fundamento, um padrão, uma base curricular, um conjunto de conteúdos básicos ou mesmo um conjunto de critérios consensuais para definir de uma vez por todas uma identidade para o currículo da educação básica”.

Portanto, pensar a elaboração de uma proposta curricular perpassa pela definição de aspectos contextuais: diagnóstico do Ensino Médio ofertado; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); resultados esperados na melhoria da qualidade do Ensino Médio; incremento do número de matrículas; indicadores socioeconômicos da região.

Sabemos que as propostas foram elaboradas nas escolas seguindo elementos contextuais diferenciados. Na Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho, a proposta foi apresentada em 2009, na ocasião:

Os representantes da Seec/Suep apresentaram a proposta e foi bem tensa. Eles alegavam que a escola iria receber inúmeras vantagens e um grupo de professores disse: ‘Mas a gente iria receber muitas coisas no curso de Secretariado e não recebemos praticamente nada’. Foi uma reunião tensa e uma das representantes até achou que a escola estava colocando dificuldades para receber o Curso. Mas não era, era questão é que dá outra vez foram feitas inúmeras promessas que não foram cumpridas. [...]. Uma das coisas que nos levou a aderir à proposta foi que a escola vinha perdendo alunos e em cima de tudo que foi dito que a escola receberia pareceu atrativo. (GESTOR 3, 2015).

Com base na citação acima, a apresentação da proposta realizada pelos representantes da Seec/Suep/Dired foi mediada por embates e questionamentos por parte dos professores e gestores. Tal ação era respaldada na experiência de implementação do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Secretariado, que teve vários problemas relacionados à contratação de professores das disciplinas específicas, formação complementar para atuar na oferta de Educação Profissional e condições materiais para a implementação.

Além disso, interpretamos que o processo de apresentação do Programa Brasil Profissionalizado não deixou claros os critérios adotados pelas instâncias oficiais (Seec/Suep/Dired) para a escolha das escolas que poderiam ser contempladas com a proposta, posto que outras escolas apresentavam perfil semelhante ao tipo de educação ofertado na Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho, sendo possível destacar como exemplo o Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana (Ceipev)⁴. Notamos que um dos elementos que influenciaram a aceitação da proposta por parte da escola foi a intenção de diminuição da taxa de evasão dos alunos, sendo o Programa uma oportunidade de superar esse déficit.

Essa situação remete à compreensão de que, no processo de implementação, os “[...] grupos se movimentam buscando alianças internas e a proeminência como ator mais relevante, capaz de interferir junto ao estado na definição da forma de implementação das ações. Nesse processo o consenso é moeda valorizada” (CURI, 2014, p. 129). É interessante evidenciar, acrescenta o autor, que o efeito dessa influência se amplia por intermédio das interferências, benefícios e destaques de determinados blocos de interesses presentes na implementação de políticas e programas nas escolas.

Para aderir ao Programa, a Seec colocou três etapas: elaboração do plano de curso, reforma e ampliação da escola e concurso para professores das disciplinas específicas. No caso da proposta de curso, já foi encaminhada praticamente pronta, fez apenas acrescentar elementos, como formação de professores, dados da estrutura, mas já veio o projeto quase pronto de lá [Seec]. Uma das exigências da escola foi a realização do concurso para professores das áreas específicas, pois se remetia muito à experiência do Secretariado. O medo da escola com PBP era abrir várias turmas e não ter professores. (GESTOR 3, 2015).

Observamos, no discurso do Gestor 3, que é mencionada apenas a primeira etapa (assinatura do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação) exigida na base jurídico-legal do Programa para a celebração dos convênios, não se reportando às demais fases estabelecidas. Além disso, observamos no discurso os compromissos assumidos pela Seec/Suep/Dired/RN como elementos de negociação para a aceitação

⁴ Fundado em 30 de outubro de 1973, o Ceipev dispôs da oferta de cursos profissionalizantes como cursos de Enfermagem, Contabilidade, Secretariado Escolar, Agropecuária e Administração.

da proposta na escola, sendo destacadas as possibilidades de reformas da instituição e contratação de docentes para atuarem nas disciplinas específicas do curso.

Com base na literatura estudada, compreendemos que as ações de implementação pelos órgãos públicos estão relacionadas a muitos esforços, exigindo negociações e discussões contínuas entre os lados político, administrativo e estatal (WU *et al.*, 2014). Nesse caso, os elementos de negociação foram as reivindicações por melhorias das condições materiais e pedagógicas. As demandas contextuais materializam-se no processo de negociação da política como forma de discursos (linguagens, práticas, instituições) capazes de ordenar dimensões, mas, sobretudo, como possibilidade de:

[...] subverter e refundar o social de outras maneiras, reconhecidamente antagônicas e conflituosas. Política remete muito mais a conflito do que a consenso, muito mais a produção de sentidos e movimentos diferentes do que a definição de universalismos categóricos e de regras de organização. (LOPES, 2015, p. 448).

Destacamos que a submissão da proposta para a avaliação não garante a aprovação, pois seriam priorizadas as propostas que apresentassem o Ideb da respectiva Rede de Ensino Médio; resultados esperados na melhoria da qualidade do Ensino Médio; incremento do número de matrículas; indicadores sociais da região, especialmente os índices de analfabetismo, escolaridade, desemprego, violência e criminalidade de jovens entre 18 e 29 anos de idade, sem prejuízo de outros (BRASIL, 2008). Tais elementos seriam analisados durante a avaliação das propostas de plano de cursos para a celebração dos convênios.

Os critérios e exigências mencionados, de acordo com Wu *et al.* (2014), fazem parte das demandas burocráticas “intra” e “interorganizacionais” que são consideradas como figuras determinantes da implementação de políticas públicas. Dessa maneira, “[...] geralmente, também criam uma série de regras a serem seguidas no processo de implementação, bem como um leque de infrações e penalidades possíveis pelo não cumprimento da lei” (WU *et al.*, 2014, p. 99).

A elaboração do plano de cursos da Escola Estadual Professor Abel Freire orientou-se pelas deliberações dos órgãos oficiais:

A gente recebeu a proposta inicial através da Seec/Suep/Dired e informaram que poderíamos sugerir algumas coisas, mas a estrutura curricular seria com base na estrutura nacional dos cursos que já funcionam em outros locais [...]; a gente até poderia ver umas questões específicas locais e sugerir [...]. A justificativa de ser o curso de Segurança no Trabalho foi pela demanda do mercado de trabalho de Mossoró. (GESTOR 3, 2015).

Entendemos, portanto, com base no relato, que a construção do plano de curso foi delimitada pelos encaminhamentos da Seec/Suep/Dired/RN, que conduziu a proposta praticamente finalizada, cabendo, assim, à escola fazer apenas algumas adequações ao contexto, posto que era precedida da realização de diagnóstico da situação do Ensino Médio pelo proponente. Observamos também que ocorreu o delineamento do eixo tecnológico segurança, nesse caso, o curso Técnico em Segurança do Trabalho.

Inferimos, com base nessa análise, que os processos de implementação foram semelhantes nas duas escolas estudadas, sendo aplicadas estratégias parecidas para superar as dificuldades que surgiram no processo de adesão e construção dos planos de cursos. Certamente isso se explica, como dizem Wu *et al.* (2014), quando o ambiente ou o contexto são favoráveis a mudanças rápidas, sendo necessário que os gestores públicos ajam na busca de controlar ou minimizar os danos referentes aos objetivos iniciais.

De modo geral, pelos discursos dos gestores citados, entendemos que as ações e medidas adotadas no processo de implementação do Programa Brasil Profissionalizado nas escolas foram interpostos por algumas determinações preestabelecidas que foram camufladas como orientações para a implementação da proposta. Tal fato destituiu o poder de autonomia da escola construído historicamente para a construção de propostas educacionais contextualizadas.

3 INTEGRAÇÃO NO PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO

Nas últimas décadas, tem se destacado, no campo da Educação Profissional, um significativo número de políticas e programas que assume em seus objetivos e finalidades o compromisso de ofertar a integração da Educação Profissional com o Ensino Médio. Os discursos que fundamentam essas políticas, em sua maioria, ancoram-se na possibilidade de oferta de uma integração embasada na concepção de

educação e de sujeito a partir da sua totalidade histórica, pela mediação dos eixos: ciência, trabalho, tecnologia e cultura.

Nesse sentido, essa oferta, como direito constitucional, deve assegurar uma:

[...] formação sólida e preparar para o mundo do trabalho quanto mais se aproximar da concepção da educação politécnica, que busca a superação da fragmentação dos conhecimentos, da separação entre educação geral e específica, técnica e política, da divisão entre trabalho manual e intelectual e afirma o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno na relação entre educação, instrução e trabalho. (FRIGOTTO, 2010, p. 19).

Essas concepções têm sido incorporadas aos discursos e textos oficiais que acompanham as agendas de formulação e implementação das políticas de Educação Profissional do século XXI⁵. Segundo Pacheco (2011), essas possibilidades estão sendo ampliadas com as políticas e programas de promoção ao desenvolvimento da Educação Profissional nas escolas públicas estaduais e federais.

Nesse sentido de promover oferta da Educação Profissional por meio da concepção de formação humana para os sujeitos, questionamo-nos: a implementação do Programa Brasil Profissionalizado nas escolas públicas de Mossoró/RN tem permitido a realização da integração do Ensino Médio com a Educação Profissional? Esse questionamento orientou o bloco de questões respondido pelos gestores das duas escolas investigadas nesta pesquisa, tendo como suporte de análise os respectivos planos de cursos institucionais: Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Sistema a Gás e Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Segurança do Trabalho. Para tanto, buscamos, nos discursos dos gestores e nos planos de cursos, conhecer a implementação dessa proposta, observando os seguintes aspectos: organização do curso ofertado (currículo, carga horária, oferta de vagas), formas de trabalhar o curso ofertado e perfil socioeconômico dos alunos matriculados.

De acordo com as orientações do Ministério da Educação (MEC), esses cursos deveriam ser planejados considerando o contexto no qual a escola está inserida, bem como as demandas sociais, culturais, políticas e econômicas dos sujeitos que frequentam essa etapa e essa modalidade.

⁵ Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 2012).

Na Figura 1, observamos os objetivos e as formas de organização das propostas de cursos apresentadas ao MEC/Seec/Dired pelas escolas de Mossoró/RN.

Quadro 1 – Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado ofertados pelas escolas pesquisadas

Escolas	Cursos	Objetivos	Forma de oferta
E. E. Jerônimo Rosado	Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Sistema a Gás	Formar profissionais técnicos de nível médio integrado dentro do eixo tecnológico: Controle e Processos Industriais na habilitação de técnico em sistema a gás, em consonância com as tendências tecnológicas e as demandas dos setores produtivos.	Integrado
E. E. Professor Abel Freire Coelho	Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Segurança do Trabalho	Capacitar profissionais técnicos de nível médio, nos termos da legislação vigente, para, no âmbito dos setores produtivos e de serviços, desempenhar atividades de prevenção de acidentes do trabalho.	Integrado

Fonte: Elaborado pelos autores deste trabalho (2016).

Legalmente o Programa Brasil Profissionalizado permite a realização desses cursos por meio das formas integrada, concomitante e subsequente. O artigo 4º da Resolução/FNDE/CD nº 09/2008 define que as propostas submetidas devem caracterizar as ações e medidas a serem tomadas durante a implementação da proposta, visando promover o desenvolvimento e a reestruturação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, com ênfase na educação científica e humanística (BRASIL, 2008). Dessa maneira, as propostas curriculares devem atender aos seguintes pré-requisitos: “Os cursos a serem oferecidos, demonstrando-se o vínculo curricular entre a educação profissional e a educação científica; As possibilidades de estágio oferecidas aos educandos; A articulação com arranjos produtivos locais e regionais” (BRASIL, 2008, p. 2).

De modo geral, esse artigo 4º define os princípios que devem orientar a submissão dos planos de cursos institucionais, dando ênfase à necessidade da criação de cursos que estejam contextualizados com os contextos e os arranjos produtivos locais regionais. Certamente a proposta de Ensino Médio Integrado é a política mais adequada para superar o academicismo, a fragmentação e o tecnicismo que têm marcado a formação profissional (FRIGOTTO, 2010).

Essas premissas foram incorporadas ao plano de curso institucional da Escola Estadual Jerônimo Rosado. Assim, o plano criado está amparado na justificativa da necessidade de formação dos sujeitos para a garantia da oferta da integração da educação geral e da educação tecnológica, incluindo os jovens no mundo do trabalho e permitindo uma possibilidade de continuação dos estudos. Dessa forma, a organização do curso foi prevista em regime semestral ou anual com uma matriz curricular integralizada por disciplinas, correspondendo aos seguintes componentes: Base Nacional Comum do Ensino Médio (2.400 horas), Núcleo de Formação Profissional (1.200 horas) e Prática Profissional (800 horas). Inicialmente a escola iria dispor da oferta de 10 turmas, totalizando a oferta de 240 vagas (ESCOLA ESTADUAL JERÔNIMO ROSADO, 2009).

Do ponto de vista organizacional, expresso no plano de curso institucional, buscamos a forma de organização assumida na implementação do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Sistema de Gás no discurso do Gestor 1.

No plano de curso, destinamos um percentual de vagas para os alunos da escola, que seriam prioridade, e um percentual de vagas para a comunidade externa. O plano de curso era para acontecer em quatro anos, assim começaria com as disciplinas da base geral e seriam inseridas, desde o primeiro ano, as disciplinas específicas. (GESTOR 1, 2015).

Após a elaboração do plano de cursos, iniciou-se a divulgação dos cursos para a realização das matrículas dos discentes, ainda em 2009, contudo:

[...] a escola tomou todas as medidas necessárias para a implantação do referido programa, no entanto o recurso que garantia a reforma e a ampliação do prédio só contemplou uma reforma parcial, no ano de 2010, deixando a desejar os serviços no tocante a: quadra, auditório e outros ambientes, conforme consta em relatórios anteriores (escolas/fiscais). Conhecedores da situação da Escola Estadual Jerônimo Rosado, aguardamos medidas necessárias para que [...] o início do Programa Brasil Profissionalizado possa ser de fato efetivado. (RELATÓRIO DA INSTITUIÇÃO, 2014, p. 1).

O relatório enviado pela Escola Estadual Jerônimo Rosado em abril de 2014 notificava a Seec/Dired de algumas dificuldades enfrentadas na implementação da proposta na instituição. Torna-se importante lembrar que, mesmo o Programa destinando um percentual de recursos para a ampliação e reformas das unidades

contempladas com as propostas, ainda não atende às reais demandas de estruturas necessárias ao funcionamento dos cursos, posto que o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos exige uma infraestrutura mínima para a implementação e funcionamento da proposta (biblioteca, laboratório de eletrônica, laboratório de instalações elétricas, dentre outras). Evidentemente a implementação do Programa permitiu na instituição alguns avanços relacionados à melhoria das suas condições materiais e físicas. Porém, essas ações ainda não foram suficientes para viabilizar a implementação de um curso técnico de nível na escola.

Esse processo de implementação foi marcado por contradições, pois enquanto os gestores afirmam que o Programa Brasil Profissionalizado não faz mais parte das iniciativas desenvolvidas na escola (GESTOR 2, 2015), a escola ainda consta no quadro demonstrativo das escolas que estão em processo de implementação do Programa, alegando que a escola, assim como outras, está em processo de normatização para a contratação de professores das disciplinas das áreas específicas. Conforme Ronaldo (2015, p. 5), os resultados da pesquisa “[...] situa[m] três ordens de problemas na materialização do ensino médio integrado: problemas de ordem conceitual, de operacionalização curricular e de organização dos sistemas de ensino”.

Algumas dessas dificuldades também foram enfrentadas na implementação do plano de curso institucional do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Segurança do Trabalho na Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho, bem como nos discursos dos gestores. A proposta de curso foi criada sob a justificativa de possibilitar a formação de pessoas capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia e de esses sujeitos participarem de forma proativa atendendo a quatro eixos básicos: ciência, trabalho, tecnologia e cultura.

Sua matriz curricular contempla componentes curriculares da base nacional comum (2.840 horas), componentes curriculares da parte diversificada (160 horas), núcleo de formação profissional (960 horas) e prática profissional (400 horas), totalizando 4.360 horas de formação. Para a organização desses componentes curriculares, propõe-se a disposição das disciplinas em quatro anos de curso por meio da integração do Ensino Médio com a Educação Profissional (ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ABEL FREIRE COELHO, 2010, p. 4).

Destacamos que, do ponto de vista da formação humana, a oferta de uma proposta educacional fundamentada nesses elementos deve possibilitar a superação da realização da forma (integrada), isso porque não se trata de:

[...] somar os currículos ou carga horárias referentes ao ensino médio e às habilitações profissionais, mas sim de relacionar internamente a organização curricular e do desenvolvimento do processo de ensino--aprendizagem, conhecimentos gerais e específicos; cultura e trabalho; humanismo e tecnologia. (RAMOS, 2010, p. 52).

No contexto da prática, a implementação desse plano de cursos enfrentou algumas dificuldades para consubstancializar os objetivos e justificativas que orientaram sua criação.

No Programa Brasil Profissionalizado, a gente tinha uma expectativa muito maior [...]; achava que iria abrir um número de turmas maiores. O que aconteceu foi que abriu, no ano passado, uma turma de Técnico em Segurança no trabalho via Pronatec [Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego]. (GESTOR 3, 2015).

No relato, notamos que a implementação do Programa na escola não superou as expectativas idealizadas no período de negociação para a adesão. Inicialmente havia sido planejada a oferta de seis turmas no início de 2010, porém teve início o funcionamento da primeira turma apenas em 2014. A redução do número de turmas resulta de algumas dificuldades encontradas no processo de implementação do Programa Brasil Profissionalizado na escola.

Em linhas gerais, no discurso dos gestores da Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho, algumas ações que haviam sido planejadas foram alteradas no processo de implementação do Programa.

Na proposta original, o estado iria abrir um concurso para selecionar os professores, mas, como está acontecendo via Pronatec, está sendo totalmente diferente. Acho bem contraditório, já que a proposta não era bem essa [...], a proposta era ser integrada, seria uma coisa maior. Acho, assim [...], que se fez um projeto imenso e acabou em uma coisa mínima. Nesse caso, os professores estão fazendo contratos com a escola. (GESTOR 3, 2015).

No plano de curso institucional, assim como nos encontros de negociação para a adesão ao Programa, o compromisso assumido foi da realização de um concurso público para a seleção dos professores que atuariam com as disciplinas específicas. A ausência desses profissionais para atuarem nas disciplinas do núcleo de Educação Profissional inviabilizou o início das atividades no período planejado, em 2010. De fato, o que se percebe, no Rio Grande do Norte, é que a solução para esse problema aconteceu por meio de parcerias firmadas entre Escola Agrícola de Jundiá (EAJ/UFRN), SEEC/RN e Pronatec.

A parceria prevê a oferta dos cursos do Programa Brasil Profissionalizado por meio do corpo docente e coordenação técnica da EAJ, ou seja, a contratação de professores temporários mediante os convênios estabelecidos com recursos do Pronatec. Em outras palavras, afirma-se que, em termos de parcerias, as secretarias estaduais assumiriam a formação do quadro docente. Para isso, foram diversos os arranjos que estão sendo realizados pelos estados, tendo como destaque a contratação de professores temporários e convênios com outras instituições públicas e privadas que cedem professores temporários (MOURA, 2010).

Faz-se necessário questionar sobre as implicações dessas contratações para a implementação do currículo integrado do respectivo curso, pois:

[...] esta forma de contratação ocasionou uma rotatividade que dificultava o vínculo escolar, o processo ensino/aprendizagem e uma ação formativa mais ampla, uma vez que a falta de disponibilidade atrapalhava o planejamento de aulas, a participação em reuniões e orientação de projetos científicos que por ventura fossem aprovados, sendo necessário fazer opção por atividade, priorizando uma em detrimento de outra. (NASCIMENTO, 2012, p. 105).

Para essa autora, não existe, na maioria dos estados, a decisão política de implementação do Ensino Médio Integrado como política pública de Estado, pois não estão sendo constituídos os respectivos quadros efetivos dos docentes necessários ao funcionamento dos cursos, requisito básico para a implementação desse Programa (NASCIMENTO, 2012). Vimos que no não foi diferente no Rio Grande do Norte; a União vem cumprindo com sua parte, o Rio Grande do Norte, não.

Em termos organizacionais, a implementação da matriz curricular do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Segurança do Trabalho tem assumido a forma concomitante.

No plano de curso, destinamos um percentual de vagas para os alunos da escola, que seriam prioridade, e um percentual de vagas para a comunidade externa. A Escola Estadual Abel Freire Coelho tem uma representação de várias classes e bairros. É comum alunos que vêm de escolas particulares e alunos da periferia da cidade. No caso dos alunos que cursam o Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Segurança do Trabalho, é uma clientela de uma classe mais desfavorecida economicamente. Esses que têm uma condição melhor já vão para uma faculdade. Esses alunos ficam se preparando para fazer o Enem [Exame Nacional do Ensino Médio], enquanto os outros já vão para o mercado de trabalho e, na maioria das vezes, já ficam nele. (GESTOR 4, 2015).

Na composição dessas turmas, o plano de curso institucional assegurava o acesso de 75% das vagas para alunos oriundos da rede pública, sendo que 40% seriam para estudantes da Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho, 20% para discentes da rede privada e 5% para educandos portadores de necessidades especiais. Em síntese, os alunos que frequentam esse curso buscam uma oportunidade de formação para serem inseridos no mercado de trabalho.

Estabeleceu-se, assim, uma vinculação do Ensino Médio com a Educação Profissional como forma de profissionalização, devendo ser compreendida como uma forma de *travessia* às condições utópicas. Portanto, o que se almeja não é apenas atender a essas necessidades imediatas dos sujeitos que buscam essa formação, mas mudar as condições em que ela se constitui. Com isso, persiste a reafirmação da necessidade de inserção dos jovens na vida econômico-produtiva do país. Mas isso passa a ser um projeto e uma ação para o seu devido tempo, e não uma antecipação imposta pelas relações desiguais dessa sociedade (RAMOS, 2010)

No que concerne ao processo de implementação do Programa Brasil Profissionalizado, como possibilidade de integração curricular nas duas escolas investigadas, consideramos não existir um currículo integrado a partir das propostas de cursos submetidas.

Na Escola Estadual Jerônimo Rosado, a proposta, ainda em processo de implementação do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Sistema a Gás, encontra-se inviabilizada por falta de professores para atuarem nas disciplinas específicas do

núcleo de educação profissional. Já na Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho, o Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Segurança do Trabalho acontece na forma concomitante. Dessa maneira, a proposta de integração nas escolas estaduais ainda se caracteriza como um processo a ser realizado. Por se tratar de mais um Programa de governo, não são poucas as limitações para que as ações dele decorrentes possam converter-se efetivamente em política pública educacional, pois os investimentos são principalmente para financiar a infraestrutura dos espaços escolares, e não para se fazer educação com qualidade para os filhos daqueles que vivem do trabalho.

Dessa maneira, há aqueles que defendem que a aprovação do Decreto nº 6.302/2007 não é suficiente para promover uma mudança significativa nesse processo educacional de integração (CARVALHO; SILVA; BARBOSA, 2013). No caso da implementação do Programa Brasil Profissionalizado, além do marco legal instituído para uma educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, é necessário desenvolver um planejamento que contemple, além dos princípios norteadores (ciência, trabalho, tecnologia e cultura), dimensões como financiamento sistematizado, infraestrutura física, colaboração entre os entes federados e as redes públicas, quadro de profissionais da educação e sua adequada formação inicial e continuada e principalmente que se cumpram os compromissos assumidos entre os entes federados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos a implementação do Programa Brasil Profissionalizado como política pública de articulação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional em duas escolas estaduais de Mossoró/RN.

Já na categoria Ações e medidas de implementação do Programa, analisamos as ações e medidas empreendidas para a implementação do Programa Brasil Profissionalizado nas escolas investigadas. As escolas foram mobilizadas para organizarem as exigências do FNDE para a seleção e aprovação de propostas. Em nível local, a mediação e mobilização para a apresentação da proposta ocorreu mediante as intervenções da Seec/Dired/RN. Notamos que um dos elementos que influenciaram na aceitação da proposta por parte da escola foi a intenção de diminuição da taxa de evasão dos alunos, sendo o Programa uma oportunidade de superar esse déficit. Nesse



caso, os elementos de negociação foram as reivindicações por melhorias das condições materiais e pedagógicas. Inferimos, com base nesta análise, que os processos de implementação foram semelhantes nas duas escolas estudadas, sendo aplicadas estratégias parecidas para superar as dificuldades que surgiram no processo de adesão e construção dos planos de cursos. De modo geral, entendemos, pelos discursos dos gestores citados, que as ações e medidas adotadas no processo de implementação do Programa Brasil Profissionalizado nas escolas foram interpostos por algumas determinações preestabelecidas que foram camufladas como orientações para implementação da proposta.

Na categoria Possibilidades de integração a partir da implementação do Programa Brasil Profissionalizado, no que concerne ao processo de implementação do Programa Brasil Profissionalizado como possibilidade de integração curricular nas duas escolas investigadas, consideramos não existir a implementação de um currículo integrado a partir das propostas de cursos submetidas.

Na Escola Estadual Jerônimo Rosado, a proposta, ainda em processo de implementação do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Sistema a Gás, encontra-se inviabilizada por falta de professores para atuarem nas disciplinas específicas do núcleo de Educação Profissional. Já na Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho, o Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Segurança do Trabalho acontece na forma concomitante. Dessa maneira, a proposta de integração nas escolas estaduais ainda se caracteriza como um processo a ser realizado. Por se tratar de mais um programa de governo, não são poucas as limitações para que as ações dele decorrentes possam converter-se efetivamente em política pública educacional, pois os investimentos são principalmente para financiar a infraestrutura dos espaços escolares.

Por fim, a pesquisa ora concluída nos apontou outras nuances que poderiam ser desenvolvidas no futuro com foco nas políticas educacionais do período estudado, sendo possível destacar as possibilidades de estudos sobre: avaliação das políticas públicas de Educação Profissional e financiamento das políticas de Educação Profissional.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. L. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRASIL. Resolução/FNDE/CD nº 9, de 29 de fevereiro de 2008. Altera os artigos 1º, 2º, § 3º, 5º, Inciso III e 8º, § 2º, da Resolução CD/FNDE nº 62, de 12 de dezembro de 2007, que estabelece as diretrizes para a assistência financeira a Estados, Distrito Federal e Municípios no âmbito do Programa Brasil Profissionalizad. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 mar. 1996.

CARVALHO, M. T. L.; SILVA; M. S. M. L.; BARBOSA, M. O papel do gestor e coordenador pedagógico na escola: o olhar de candidatos a um curso *latu sensu* do DAEPE-UFPB. In: MACHADO, L. B.; CARVALHO, L. M. T. L. (Org.). *Gestão e políticas educacionais: abordagens em diferentes contextos*. Recife: UFPB, 2013. p. 11-31.

CURI, L. R. L. A política pública educacional: enunciados de ações e consequências. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, DF, v. 8, n. 14, p. 129-144, 2014.

ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ABEL FREIRE COELHO. *Plano de Curso Institucional do Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho*. Mossoró, 2010.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, J. (Org.). *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 26-41.

KUENZER, A. Z. Educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96 (esp.), p. 877-910, 2006.

KUENZER, A. Z. *Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, 2013.

LOPES, A. C. Por um currículo sem fundamentos. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 21, n. 45, p. 445-466, 2015.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

Educação & Formação, Fortaleza, v. 5, n. 13, p. 172-194, jan./abr. 2020 DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v5i13.1801>

MOURA, D. H. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidade de integração. In: MOLL, J. (Org.). *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 58-79.

NASCIMENTO, A. S. R. *Financiamento e educação profissional: análise do Programa Brasil Profissionalizado no estado do Pará*. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

OLIVEIRA, R. Apresentação. In: OLIVEIRA, R. (Org.). *Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debates*. Campinas: Papirus, 2012.

PACHECO, E. Ensino médio e educação profissional: a ruptura com o dualismo estrutural. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, DF, v. 5, n. 8, p. 11-24, 2011.

PAESE, C. R.; AGUIAR, A. A. G. Revisitando os conceitos de formulação, implementação e avaliação de políticas e programas sociais no Brasil. *Revista Nupem*, Campo Mourão, v. 4, n. 6, p. 65-81, 2012.

RAMOS, M. Educação tecnológica como política de Estado. In: OLIVEIRA, R. (Org.). *Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate*. Campinas: 2012. p. 9-46.

SEEC. *Plano Estadual de Educação (2015-2024)*. Natal, 2015.

WU, X. *et al. Guia de políticas públicas: gerenciando processos*. Brasília, DF: Enap, 2014.

Jean Mac Cole Tavares Santos (Brasil, Rio Grande do Norte, Natal)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB - 2007), com estágio doutoral na Universidade de Valência (UV - Valência, Espanha). Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação (Proped) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a supervisão de Alice Casimiro Lopes (entre 2012 e 2014). É professor adjunto IV do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UERN. Coordena o Programa de Pós-Graduação em Ensino (PosEnsino), mestrado em Ensino, em associação UERN/Ufersa/IFRN. É tutor do PET-Pedagogia. É líder do Grupo de Pesquisa Contexto e Educação (UERN/CNPq), com pesquisas sobre formação escolar e inclusão no mundo do trabalho, sobre ensino, diversidade e direitos humanos e sobre as políticas e o currículo no Ensino Médio com apoio do CNPq. Coordena o projeto de extensão Estudos em Indisciplina e Violência na Escola (EIVE) na Faculdade de Educação da UERN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4363681764477044>.
E-mail: macolle@hotmail.com.

Francisca Natália da Silva (Brasil, Rio Grande do Norte, Natal)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atua principalmente nos seguintes temas: Ensino Médio, Educação Profissional, Políticas Educacionais, Educação Popular e Currículo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8797788504989445>.

E-mail: natalia_silva_18@hotmail.com.

Lenina Lopes Soares Silva (Brasil, Rio Grande do Norte, Natal)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

Doutora e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Líder do Núcleo de Pesquisa em Educação, Ciência, Tecnologia e Trabalho (Necttra) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Orientação Educacional, Consultoria em Organização de Instituições Educativas e Pesquisa em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação, Ensino-Aprendizagem, Organização Escolar, Mediação Pedagógica, Políticas Educacionais, Memória e História da Educação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1487610808390702>.

E-mail: leninasoa@hotmail.com.



Recebido em 10 de junho de 2019.

Aceito em 23 de setembro de 2019.

